

LAUDO: Painel do Senado foi violado duas vezes

J. França - 21/01/2000

Marcia Gouthier - 27/04/2001

Continuação da 1ª página

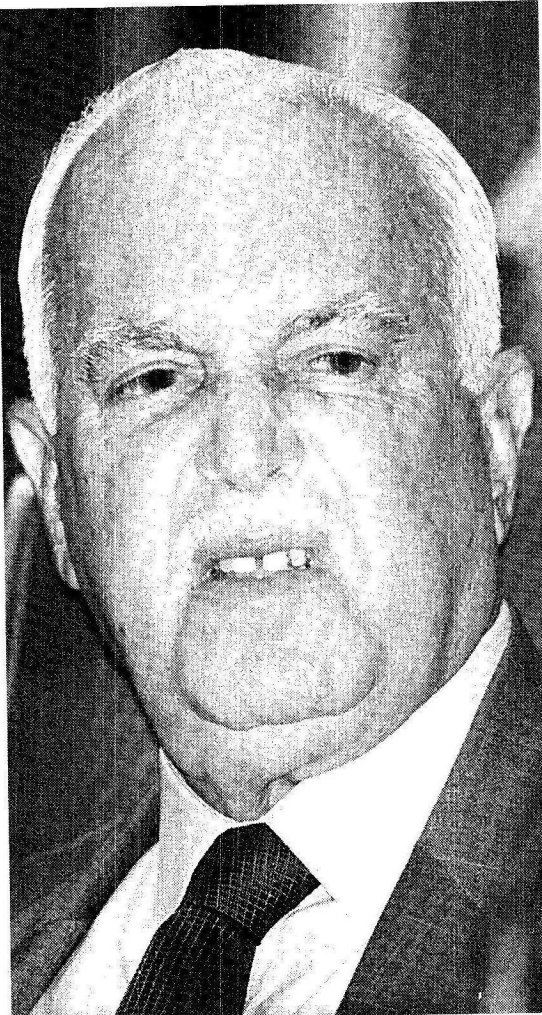
ALEXANDRE BOTÃO E
FABIANO LANA

BRASÍLIA - O laudo da Polícia Federal nos computadores do sistema de votação do Senado Federal, obtido pelo **Jornal do Brasil**, mostra que às 15h50 de 30 de junho do ano passado, dois dias depois da sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão (DF), a relação de votos daquela sessão foi aberta em um dos terminais do sistema. O usuário passou os olhos na lista, modificou o formato dos dados na visualização - possivelmente para imprimi-los em seguida - e, depois, fechou tudo, apagando, inclusive, essas informações do disco rígido do computador. Esta provável lista não é a mesma que Arruda empunhava quando entrou na sala de ACM e disse: "Está sentado?"

A Polícia Federal trabalhou durante três meses e meio em sete discos originais do Sistema de Votação do Senado tentando recuperar o conteúdo de todos eles. Essa "mancha" em um dos computadores só foi descoberta por que o usuário, ao modificar a visualização dos dados, deixou um rastro virtual - na verdade, um arquivo denominado "votos.tv", que é criado por uma ferramenta específica chamada "Database Desktop" todas as vezes que o layout é modificado.

De acordo com um dos técnicos da PF que trabalhou na recuperação dos discos rígidos, esse usuário anônimo provavelmente fez uma cópia da lista, em papel ou disquete. Segundo esse técnico, a formatação dos dados implica na intenção de encaixá-los em algum padrão visual. "Nesse dia 30 de junho é quase certo que saiu uma lista dos computadores do Senado. Só não dá para saber se ela foi adulterada ou não", diz um dos técnicos, respaldado pela garantia do anonimato.

O trabalho da Polícia Federal



ACM e José Roberto Arruda obtiveram lista de votação que acabou resultando em suas renúncias

bate com o que foi realizado pela Universidade de Campinas (Unicamp) em abril último e que resultou em um relatório de 263 páginas. A diferença é que, pela primeira vez, técnicos que analisaram o maquinário original falam na provável existência de uma nova lista.

Isso porque, segundo confessaram os participantes do esquema, apenas uma relação foi copiada na ocasião. Tanto Regina Borges quanto o funcionário do Prodasen Ivar Ferreira garantiram, em depoimento ao Conselho de Ética do Senado, que só fizeram uma cópia da lista. Repetiram a tese na comissão de inquérito que investigou o caso.

Segundo outros dois integrantes da Polícia Federal, essa movi-

mentação no dia 30 de junho é, no mínimo, estranha. Um deles, em conversa com o JB, diz que não há sentido em voltar ao sistema dois dias depois de efetuada a violação do painel para visualizar novamente a tal lista. Que dirá modificar seu formato visual. Ele explica que toda a operação montada por Regina Borges poderia ter começado e fim no dia 28 de junho, dia da sessão. Por volta das 8h da manhã, como a própria Regina fez questão de descrever ao Conselho, os programas que possibilitariam a "revelação" dos votos foram instalados e testados no sistema. Na tarde do mesmo dia, por volta das 18h, foi criado o arquivo "PRS66-00.txt" com a relação votante/qualidade do voto. Era o suficiente para entregar a "enco-

menda" (ou "consulta") ao senador José Roberto Arruda.

Embora longa e detalhada, a perícia da Polícia Federal, solicitada pelo Conselho de Ética do Senado à época, não eliminou o principal ponto de interrogação do episódio. Os votos na sessão que acabou cassando o mandato de Luiz Estevão foram adulterados ou "apenas" violados? A exemplo do que diz o relatório da Unicamp, as conclusões do texto da Polícia Federal também são imprecisas nesse aspecto. O laudo da PF não descarta a possibilidade de alteração da qualidade dos votos durante a votação do dia 28 de junho de 2000, mas diz ser impossível detectar qualquer tipo de fraude com base na análise dos discos rígidos.

Trama desmoralizou o voto secreto

Luiz Estevão

Ex-senador do PMDB, teve o mandato cassado em 2000. Envolvido no desvio de verbas da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Antonio Carlos Magalhães

Presidia o Senado e teria ordenado a violação do painel eletrônico, para identificar os votos dados na sessão secreta que aprovou a cassação de Estevão. ACM renunciou em maio deste ano, após o escândalo do painel.

José Roberto Arruda

Era líder do governo e teria

transmitido a ordem de ACM para violação do painel. Também renunciou.

Heloísa Helena

Senadora do PT de Alagoas. Segundo ACM, votou contra a cassação de Estevão.

Regina Célia Borges

Ex-diretora do Prodasen. Disse que foi procurada em casa por Arruda, que trazia a ordem ACM para violação do painel.

Ivar Alves Ferreira

Marido de Regina e funcionário do Prodasen, executou a ordem.